



Enel X Mobilidade Urbana S.A.

CNPJ: 52.255.290/0001-18

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Enel X Mobilidade Urbana S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório da administração..... | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... | 4 |
| Demonstrações financeiras | |
| Balancos patrimoniais..... | 7 |
| Demonstrações do resultado..... | 9 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 10 |
| Demonstrações das mutações do passivo a descoberto..... | 11 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 12 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras..... | 13 |



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Enel X Mobilidade Urbana S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 4 de abril de 2025.

Diretoria executiva

Francisco Scroffa
Vago

Diretor-Presidente
Diretor de Operações

Cargo

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel X Mobilidade Urbana S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel X Mobilidade Urbana S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel X Mobilidade Urbana S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-O92563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|------|--------------|----------------|
| <u>Ativo circulante</u> | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 1.026 | 1.401 |
| Recebíveis de arrendamento | 4 | - | 3.225 |
| Imposto de renda e contribuição social compensáveis | 6 | 2.806 | - |
| Adiantamento a fornecedores | 7 | - | 33.908 |
| Total do ativo circulante | | 3.832 | 38.534 |
| <u>Ativo não circulante</u> | | | |
| Recebíveis de arrendamento | 4 | - | 153.008 |
| Total do ativo não circulante | | - | 153.008 |
| Total do ativo | | 3.832 | 191.542 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|------|----------------|----------------|
| <u>Passivo circulante</u> | | | |
| Fornecedores | | 386 | - |
| Outras obrigações fiscais | | 457 | - |
| Dividendos a pagar | 10 | 4.373 | 4.373 |
| Total do passivo circulante | | 5.216 | 4.373 |
| <u>Passivo não circulante</u> | | | |
| Tributos diferidos | 15 | - | 9.486 |
| Total do passivo não circulante | | - | 9.486 |
| <u>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</u> | | | |
| Capital social | 10 | 163.642 | 163.642 |
| Reserva de lucros | | - | 14.041 |
| Prejuízos acumulados | | (165.026) | - |
| Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) | | (1.384) | 177.683 |
| Total do passivo | | 3.832 | 191.542 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

| | Nota | 2024 | 2023 |
|--|-----------|------------------|----------------|
| Receita líquida | 12 | - | 156.233 |
| Custo | 13 | - | (128.333) |
| Lucro bruto (prejuízo) | | - | 27.900 |
| <u>Despesas operacionais</u> | 13 | | |
| Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis | | (176.348) | - |
| Perda por redução ao valor recuperável de ativos | | (33.908) | - |
| Outras despesas operacionais | | (2.506) | - |
| Total despesas operacionais | | (212.762) | - |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro | | (212.762) | 27.900 |
| <u>Resultado financeiro</u> | 14 | | |
| Receitas financeiras | | 24.334 | - |
| Despesas financeiras | | (125) | - |
| Total do resultado financeiro | | 24.209 | - |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | | (188.553) | 27.900 |
| <u>Imposto de renda e contribuição social</u> | 15 | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 9.486 | (9.486) |
| Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo) | | 9.486 | (9.486) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | (179.067) | 18.414 |
| Lucro líquido (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído | 11 | (1,0943) | 0,1125 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

| | 2024 | 2023 |
|--|------------------|---------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (179.067) | 18.414 |
| Total dos resultados abrangentes do exercício | (179.067) | 18.414 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

| | Capital social | | Reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|--|----------------------|---------------|---|-------------------------------------|----------------|
| | Capital subscrito | Reserva legal | Reserva para reforço de capital de giro | | |
| Resultado abrangente total: | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 18.414 | 18.414 |
| Transações com os acionistas | | | | | |
| Aumento de capital | 163.642 | - | - | - | 163.642 |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | (4.373) | (4.373) |
| Mutações internas do patrimônio líquido | | | | | |
| Reserva legal | - | 921 | - | (921) | - |
| Reserva para reforço de capital de giro | - | - | 13.120 | (13.120) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 163.642 | 921 | 13.120 | - | 177.683 |
| Resultado abrangente total: | | | | | |
| Prejuízo exercício | - | - | - | (179.067) | (179.067) |
| Mutações internas do passivo a descoberto | | | | | |
| Reserva legal | - | (921) | - | 921 | - |
| Reserva para reforço de capital de giro | - | - | (13.120) | 13.120 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 163.642 | - | - | (165.026) | (1.384) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|--------------|--------------|
| <u>Atividades operacionais</u> | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (179.067) | 18.414 |
| <u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u> | | |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 21.187 | - |
| Perdas por redução ao valor recuperável de arrendamento | 155.161 | - |
| Perdas por redução ao valor recuperável de ativos | 33.908 | - |
| Baixa de ativo imobilizado | - | 128.333 |
| Tributos e contribuições sociais diferidos | (9.486) | 9.486 |
| <u>Redução (aumento) dos ativos</u> | | |
| Recebíveis de arrendamento | 1.072 | (156.233) |
| Contas a receber | (21.187) | - |
| Imposto de renda e contribuição social compensáveis | (2.806) | - |
| <u>Aumento dos passivos</u> | | |
| Fornecedores | 386 | - |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 2.806 | - |
| Outras obrigações fiscais | 457 | - |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (2.806) | - |
| Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais | (375) | - |
| <u>Atividades de financiamentos</u> | | |
| Aumento de capital | - | 1.400 |
| Integralização de capital | - | 1 |
| Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos | - | 1.401 |
| Variação no caixa líquido | (375) | 1.401 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 1.401 | - |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 1.026 | 1.401 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

1. Contexto operacional

A Enel X Mobilidade Urbana S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, é controlada diretamente pela Enel X Brasil S.A., foi constituída em 10 de agosto de 2023. Tem como objeto social desenvolver e executar projetos relacionados à operação de ônibus elétricos, incluindo a aquisição, locação, venda, operação e manutenção de ônibus, além de todas as atividades relacionadas à implementação da infraestrutura de carregamento desses veículos, obtenção dos financiamentos necessários e gestão de toda e qualquer plataforma tecnológica necessária ao carregamento dos ônibus elétricos.

1.1 Perda por redução ao valor recuperável

Em 2024, a Companhia reconheceu uma provisão de perda esperada de 100% sobre os recebíveis relacionados ao aluguel de ônibus no valor de R\$ 176.348 (R\$ 155.161 nos ativos de arrendamento – nota explicativa nº 4.1 e R\$ 21.187 no contas a receber de clientes – nota explicativa nº 5, relacionados com o faturamento de arrendamento) na linha de negócio de E-City (projeto E-Bus), conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A reavaliação do projeto foi motivada por um conjunto de fatores, incluindo o ambiente macroeconômico desafiador, aumento das taxas de juros, dificuldades financeiras enfrentadas por operadoras e entraves operacionais que impactaram a viabilidade do modelo, o que levou à baixa integral do projeto e valores a receber.

Também foi reconhecido um *impairment* de R\$ 33.908 em ativos em construção (nota explicativa nº 7), relacionados a fornecedores, para os quais existe incerteza sobre a finalização do projeto. Esse *impairment* foi contabilizado de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, sendo a premissa relevante na determinação do valor em uso o valor total dos ativos, em linha com a visão de reavaliação da atividade de mobilidade urbana no Brasil pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia efetuou a baixa do diferido passivo de R\$ 9.122, referente aos recebíveis relacionados ao aluguel de ônibus – vide nota explicativa nº 15.b.

1.2 Continuidade operacional

Importante destacar, que com a reavaliação dos projetos de E-bus e o reconhecimento da provisão de perda esperada sobre os recebíveis (nota explicativa nº 1.1), a Companhia continua em processo de renegociação com os clientes, para recebimento dos valores originalmente negociados. Além disso, a Companhia continuará ativa, dentro do contexto de negócios do Grupo Enel, e possui apoio financeiro da holding Enel Brasil S.A., para honrar seus compromissos futuros.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de abril de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

| Pronunciamentos novos ou alterados | Natureza da alteração | Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após |
|--|---|--|
| CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes | Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com covenants. | 1º de janeiro de 2024 |
| CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior | Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação. | 1º de janeiro de 2024 |
| CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores | Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela. | 1º de janeiro de 2024 |

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

| Pronunciamentos novos ou alterados | Natureza da alteração | Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após |
|--|---|--|
| IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26) | <p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p> | 1º de janeiro de 2027 |
| CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade | <p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p> | 1º de janeiro de 2025 |
| CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros | <p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p> | 1º de janeiro de 2026 |
| | | 1º de janeiro de 2026 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,

Nota 8 – Imobilizado,

Nota 9 – Provisões para processos judiciais; e

Nota 17 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Caixa e contas correntes bancárias | 1.026 | 1.401 |
| Total | 1.026 | 1.401 |

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

4. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento quando aplicado. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia celebrou contratos de arrendamento financeiro na qualidade de arrendador revendedor de acordo com a definição do pronunciamento técnico CPC 06 (R2), para ônibus elétricos e infraestrutura de carregamento. O prazo médio destes arrendamentos financeiros celebrados é de 12 anos.

Na data de início dos contratos a Companhia reconheceu como receita o valor presente dos recebimentos de arrendamento, descontado, utilizando a taxa de juros de mercado, representando o valor justo dos ativos subjacentes, e como custo o valor contábil dos ativos subjacentes menos o valor presente do valor residual não garantido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | 31.12.2024 | 31.12.2023 | Vencimento | Média ponderada de meses remanescentes | Tipo de amortização | Taxa de desconto |
|---|------------|----------------|------------|--|---------------------|------------------|
| <u>Recebíveis de arrendamento financeiro</u> | | | | | | |
| Arrendamento de ônibus elétricos | - | 156.233 | 31.12.2035 | 128 | Mensal | 0,95% a.m. |
| Total | - | 156.233 | | | | |

4.1 Perda por redução ao valor recuperável

Em 2024, a Companhia reconheceu uma provisão de perda esperada de 100% sobre os recebíveis relacionados ao aluguel de ônibus no valor de R\$ 155.161 (nota explicativa nº 1.1)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

A seguir é demonstrada a movimentação dos recebíveis de arrendamento:

| | Circulante | Não circulante | Total |
|--|--------------|----------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | - | - | - |
| Adição | 3.225 | 153.008 | 156.233 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 3.225 | 153.008 | 156.233 |
| Adição | 1.964 | - | 1.964 |
| Reclassificação para contas a receber | (27.370) | - | (27.370) |
| Provisão para perdas | (14.463) | (140.698) | (155.161) |
| Transferência | 12.310 | (12.310) | - |
| Atualização financeira | 24.334 | - | 24.334 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | - | - | - |

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo relacionado aos faturamentos de aluguéis de ônibus elétricos é:

| | A vencer | <u>Vencidos</u> até 60 dias | Total | Perda por redução ao valor recuperável | 31.12.2024 |
|--------------|--------------|--------------------------------|---------------|---|------------|
| Clientes | 5.198 | 15.989 | 21.187 | (21.187) | - |
| Total | 5.198 | 15.989 | 21.187 | (21.187) | - |

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável para 100% do contas a receber, no montante de R\$ 21.187.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Empresa determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Empresa e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

6. Imposto de renda e contribuição social compensáveis

O saldo de R\$ 2.806, é referente a valores pagos por antecipação, no entanto, como a Companhia apresentou prejuízo fiscal no exercício de 2024, esses valores poderão ser compensados ou restituídos após a entrega da ECF - Escrituração Contábil Fiscal, em agosto de 2025.

7. Adiantamento a fornecedores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a baixa do saldo de adiantamento a fornecedores no montante de R\$ 33.908, os quais estavam relacionados a aquisição de ônibus elétricos e infraestrutura de carregamento, em decorrência das dificuldades financeiras dos fornecedores envolvidos (nota explicativa nº 1.1).

8. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Uso de estimativas

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

| | 31.12.2022 | Adição | Baixa | Transferência | 31.12.2023 |
|--------------------------------------|------------|----------------|------------------|---------------|------------|
| <u>Imobilizado em serviço</u> | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | - | - | (128.333) | 128.333 | - |
| <u>Imobilizado em curso</u> | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | - | 128.333 | - | (128.333) | - |
| Total do imobilizado | - | 128.333 | (128.333) | - | - |

As adições no montante de R\$ 128.333, refere-se à transferência de ativos de ônibus elétricos e infraestrutura de carregamento, realizada pela controladora, os quais foram avaliados nos termos do artigo 8º da Lei 6.404/76 (nota explicativa nº 10.1). A Companhia realizou a baixa do ativo, com reconhecimento de R\$ 128.333 de custo, como arrendador revendedor, referente ao valor contábil dos contratos de arrendamento de ônibus elétricos e infraestrutura de carregamento (nota explicativa nº 13). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve movimentação no ativo imobilizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e/ou provável.

10. Passivo a descoberto

10.1 Capital social

O capital social é de R\$ 163.642 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

| | 31.12.2024 | | 31.12.2023 | |
|-------------------|---------------------|------------------------------|---------------------|------------------------------|
| | Quantidade de ações | % de participação no capital | Quantidade de ações | % de participação no capital |
| Enel X Brasil S.A | 163.642.000 | 100,00% | 163.642.000 | 100,00% |
| Total | 163.642.000 | 100,00% | 163.642.000 | 100,00% |

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 26 de dezembro de 2023, a controladora Enel X Brasil, aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 163.641, integralizado R\$ 1.400 em moeda corrente, R\$ 33.908 como adiantamento a fornecedores para aquisição de ônibus elétricos e infraestrutura de carregamento (nota explicativa nº 7) e R\$ 128.333 com transferência de ativos da controladora para a Companhia (nota explicativa nº 8), os quais foram avaliados nos termos do artigo 8º da Lei 6.404/76.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

10.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 17 do estatuto social da Companhia.

10.4 Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado.

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|------------------|---------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (179.067) | 18.414 |
| Absorção reserva para reforço de capital de giro | 13.120 | - |
| Absorção reserva legal | 921 | - |
| (-) Reserva legal | - | (921) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado | (165.026) | 17.493 |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | (4.373) |
| Reserva para reforço de capital de giro | - | (13.120) |
| Total | (165.026) | - |

10.5 Dividendos

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se encontra detalhada a seguir:

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Saldo inicial | 4.373 | - |
| <u>Efeito não caixa</u> | | |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | 4.373 |
| Saldo final | 4.373 | 4.373 |

O pagamento do dividendo mínimo obrigatório de R\$ 4.373 apurado no exercício de 2023, foi postergado para 31 de dezembro de 2025. Caso a Companhia não tenha operações com geração de caixa, poderá ser avaliado pela controladora a capitalização desse montante.

11. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|-----------------|---------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (179.067) | 18.414 |
| Número de ações | 163.642.000 | 163.642.000 |
| Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$) | (1,0943) | 0,1125 |

12. Receita Líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

| | Nota | 2024 | 2023 |
|------------------------------------|------|----------|----------------|
| Receita de arrendamento financeiro | 12.1 | - | 156.233 |
| Total | | - | 156.233 |

12.1 Receita de arrendamento

As receitas com arrendamento são desempenhadas pela Companhia e são oriundas do aluguel de ônibus elétricos e infraestrutura de carregamento. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, tais arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros os contratos que apresentam as seguintes características (i) o valor presente dos fluxos de caixa futuros é superior ao custo do ativo, (ii) o prazo do arrendamento cobre substancialmente toda a vida útil dos ônibus elétricos e (iii) os riscos e benefícios dos ônibus elétricos são substancialmente transferidos ao arrendatário com base nos termos contratuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

13. Custos e despesas operacionais

| | | 2024 | | | 2023 | |
|--|-----------|--|------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Nota | Perda por redução ao valor recuperável | Outras despesas operacionais | Total | Custo | Total |
| Custo de venda - ativos subjacentes - contratos de arrendamentos | 13.1 | - | - | - | (128.333) | (128.333) |
| Perdas por redução ao valor recuperável de recebíveis | 1.1 e 5 | (21.187) | - | (21.187) | - | - |
| Perdas por redução ao valor recuperável de arrendamento | 1.1 e 4.1 | (155.161) | - | (155.161) | - | - |
| Perdas por redução ao valor recuperável de ativos | 1.1 e 7 | (33.908) | - | (33.908) | - | - |
| Serviços de infraestrutura de ônibus elétricos | | - | (2.506) | (2.506) | - | - |
| Total | | (210.256) | (2.506) | (212.762) | (128.333) | (128.333) |

13.1 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 128.333 como arrendador revendedor, referente ao valor contábil dos contratos de arrendamento de ônibus elétricos e infraestrutura de carregamento, reconhecidos na data de assinatura, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Resultado financeiro

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|------|
| <u>Receitas financeiras</u> | | |
| Atualização do contas a receber de arrendamento | 24.334 | - |
| | 24.334 | - |
| <u>Despesas financeiras</u> | | |
| Atualização de impostos e multas | (125) | - |
| | (125) | - |
| Total | 24.209 | - |

15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

| | 2024 | | 2023 | |
|---|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Composição dos tributos no resultado: | | | | |
| Na rubrica de tributos | | | | |
| Diferidos | 6.975 | 2.511 | (6.975) | (2.511) |
| Total | 6.975 | 2.511 | (6.975) | (2.511) |
| Demonstração do cálculo dos tributos - despesa: | | | | |
| Resultado antes dos tributos | (188.553) | (188.553) | 27.900 | 27.900 |
| Adições: | | | | |
| Perdas indedutíveis no contas a receber | 160.653 | 160.653 | - | - |
| Total das adições | 160.653 | 160.653 | - | - |
| Base de cálculo | (27.900) | (27.900) | 27.900 | 27.900 |
| Alíquota nominal dos tributos | 15,00% | 9,00% | 15,00% | 9,00% |
| Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês | 10,00% | - | 10,00% | - |
| Despesa com tributos às alíquotas nominais | 6.975 | 2.511 | (6.975) | (2.511) |
| Total | 6.975 | 2.511 | (6.975) | (2.511) |
| Alíquota efetiva | 3,70% | 1,33% | 25,00% | 9,00% |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b) Imposto Diferido:

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

| | <u>Balancos patrimoniais</u> | | <u>Resultado</u> | |
|--|------------------------------|-------------------|------------------|----------------|
| | <u>31.12.2024</u> | <u>31.12.2023</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
| <u>Tributos diferidos passivos:</u> | | | | |
| Arrendamento | - | (9.486) | 9.486 | (9.486) |
| Total | - | (9.486) | 9.486 | (9.486) |

16. Transações com partes relacionadas

16.1 Controladora (Enel X Brasil)

| | | <u>31.12.2024</u> | <u>31.12.2023</u> |
|-----------------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| Natureza da operação | Vigência | Passivo | Passivo |
| Dividendos a pagar | Até dezembro de 2025 | (4.373) | (4.373) |
| Total | | (4.373) | (4.373) |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.2 Empresas de controle comum

| Natureza da operação | Vigência | 31.12.2024 | 31.12.2023 | 2024 | 2023 |
|------------------------------|------------------|--------------|------------|--------------|----------|
| | | Passivo | Passivo | Despesas | Despesas |
| Prestação de serviços | | | | | |
| Enel X Way | Dezembro de 2024 | (386) | - | (460) | - |
| Total | | (386) | - | (460) | - |

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

17. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

17.1 Instrumentos financeiros

17.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

| | Categoria | Nível (a) | 31.12.2024 | | 31.12.2023 | |
|-------------------------------|------------------|-----------|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Ativo | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 2 | 1.026 | 1.026 | 1.401 | 1.401 |
| Recebíveis de arrendamento | Custo amortizado | 2 | - | - | 156.233 | 156.233 |
| Total do ativo | | | 1.026 | 1.026 | 157.634 | 157.634 |
| Passivo | | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 2 | 386 | 386 | - | - |
| Total do passivo | | | 386 | 386 | - | - |

Conforme detalhado na nota explicativa 17.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

17.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities* , política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding* ; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|-------------------------------|--------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.026 | 1.401 |
| Recebíveis de arrendamento | - | 156.233 |
| Total | 1.026 | 157.634 |

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



X Mobilidade Urbana S.A.

Do total de dívida e obrigações no passivo circulante, parte significativa refere-se a dividendos com a controladora Enel X Brasil, cujo prazo de pagamento pode ser prorrogado, caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

18. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2), a Companhia apresenta valores da atividade de investimento que não impactaram o caixa e equivalente de caixa:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adquiriu ativo imobilizado através de transferência de ativos realizado pela controladora Enel X Brasil, no montante de R\$ 162.241 (nota nº 7, 8 e 10), sendo R\$ 128.333 classificados como adição de imobilizado, e R\$ 33.908 classificados como adiantamento a fornecedores. Dessa forma, não houve impacto no caixa e equivalentes de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram transações da atividade de investimento que não impactaram o caixa e equivalentes de caixa.